

REDUÇÃO DE ESPAÇOS CÍVICOS NA AMÉRICA LATINA – BRIEF SOBRE A REPÚBLICA DO PERU

Luisa Feline Freier De Ferrari - Soledad Rosario Castillo Jara

CONTEXTO

A plataforma CIVICUS realiza o monitoramento periódico do espaço cívico em nível global com base em uma definição deste como respeito às liberdades de associação, reunião para fins pacíficos e expressão, tanto nas leis como na prática do Estado (CIVICUS, 2018). Nesse sentido, no final de julho de 2020, concluiu que a República do Peru apresenta um espaço cívico obstruído (CIVICUS, 2020¹). É a mesma qualificação que deu ao país em 2017, referindo-se ao fato de que o espaço de participação cívica encontra-se “profundamente impugnado pelos detentores do poder, que impõem alguma combinação de limitações legais e factuais ao gozo dos direitos fundamentais” (CIVICUS, 2017a). Outros países latino-americanos que compartilham essa classificação em 2020 são Bolívia, Brasil, Paraguai e Guatemala (CIVICUS, 2020). Neste brief nos referimos a três problemas típicos da obstrução do espaço cívico no Peru. Da menor à maior gravidade temos a débil incorporação real das contribuições da sociedade civil nas políticas públicas, a exclusão de grupos sociais e a repressão aos protestos dos cidadãos por parte das forças policiais.

Em primeiro lugar, embora existam espaços formais de inclusão da sociedade civil para o desenvolvimento democrático das políticas públicas, a discussão que ocorre nesses espaços muitas vezes não resulta em políticas concretas que incorporem as propostas da sociedade civil. Isso se deve à frágil capacidade burocrática do Estado peruano e à falta de vontade política para priorizar determinados assuntos.

Um exemplo ilustrativo desse problema é a relação entre o Estado e as organizações voltadas para a integração da população migrante. A questão da imigração vem ganhando relevância na sociedade peruana, já que o Peru é o segundo país que mais recebe a população venezuelana no mundo², com mais de um milhão de venezuelanos em 32 milhões de peruanos. No entanto, o espaço de participação dessas organizações ainda é limitado. A Mesa de Trabalho Intersetorial para a Gestão das Migrações (MTIGM), sob a direção do Ministério das Relações Exteriores, reúne representantes de diversos setores do Estado e da sociedade civil. No entanto, o Ministério não convoca uma sessão plenária da referida mesa desde o final de agosto de 2020. A convocação anterior, de março, foi cancelada devido à pandemia da COVID-19, e muitas vezes as convocações correspondem a tópicos de protocolo sem conteúdo específico de política migratória. Da mesma forma, o impacto das organizações é limitado pela falta de capacidade do Estado para considerar e incorporar efetivamente suas principais contribuições.

Em segundo lugar, outro problema é a concepção excludente da cidadania que ainda persiste na frágil democracia peruana. Alguns grupos sociais no Peru ainda não tiveram o efetivo reconhecimento de seus direitos de participação cívica, apesar dos avanços no reconhecimento formal desses direitos³.

Assim, por exemplo, ainda há um longo caminho a ser percorrido em termos de reconhecimento efetivo dos direitos de participação dos povos indígenas. As indústrias extrativistas são uma parte importante da economia peruana e, nos últimos anos, surgiram conflitos relacionados à oposição da sociedade aos investimentos em mineração⁴. Precisamente um deles, o de Las Bambas, foi incluído no relatório CIVICUS do ano de 2017 para destacar a repressão aos manifestantes por parte do Estado (CIVICUS, 2017a: 12-13). Ocorreu também a morte de quatro líderes ambientais durante o período de emergência gerado pela pandemia nas regiões de Huánuco, Junín, Madre de Dios e Amazonas. O jornalismo investigativo apontou que três deles haviam pedido garantias para proteção de suas vidas, que não foram concedidas pelo Estado, o que dá uma ideia da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Ojo Público, 2020).

A orientação sexual e de gênero também são motivos de exclusão do espaço de participação no Peru. Apesar da existência de duas grupos de trabalho que reúnem vinte organizações que defendem os direitos da população LGBTI, ainda falta "uma atuação mais ativa" do Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis para articular as propostas dessas organizações e transformá-las em medidas concretas (Defensoria do Povo, 2018: 10). As organizações que se dedicam a defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres também enfrentam dificuldades. Entrevistas realizadas por membros da CIVICUS com as mulheres líderes do DEMUS e Católicas pelo Direito de Decidir mostram que apesar dos avanços legais na área dos direitos das mulheres, essas organizações têm seus trabalhos dificultados devido à posição de poder de alguns grupos católicos e evangélicos que se opõem à descriminalização do aborto e à inclusão da abordagem da questão de gênero na educação pública (CIVICUS, 2017b; CIVICUS, 2019).

Terceiro, o problema mais sério que identificamos é a repressão de parte das forças policiais no contexto de protestos de cidadãos. Alguns exemplos coletados pela CIVICUS são o protesto contra o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP) (2016), a greve de professores da rede pública (2017), as mobilizações contra o indulto do ex-presidente Alberto Fujimori (2018) e os protestos nacionais que se seguiram à vacância do ex-presidente Martín Vizcarra (2020) (CIVICUS, 2020).

No âmbito dos protestos de novembro de 2020 em Lima, a morte dos jovens Jack Pintado Sánchez e Inti Sotelo Camargo, bem como os inúmeros casos de feridos, pessoas detidas sem água nem comida, e a divulgação de imagens e vídeos que mostram a violência policial geraram indignação em nível nacional e internacional. Em 18 de novembro, aproximadamente uma semana após o início dessas mobilizações, a Coordenadora Nacional de Direitos Humanos emitiu um comunicado no qual exortou o governo de transição do presidente Francisco Sagasti a realizar uma investigação "abrangente e independente" sobre esses eventos e prestar atendimento e ressarcir as pessoas afetadas ou as suas famílias (CNDDHH, 2020). Essas recentes mobilizações sociais têm mostrado que há uma forte exigência por uma democracia mais institucionalizada e inclusiva, o que contrasta com as ideias de alguns partidos políticos e grupos de poder que mantêm uma atitude de rejeição e extrema suspeita diante de protestos, chegando mesmo a identificar qualquer movimento de esquerda como grupo terrorista⁵.

RECOMENDAÇÕES

- ✦ Os representantes dos poderes do Estado durante o governo de transição e os candidatos que vão disputar as eleições gerais de abril de 2021 devem adotar uma atitude de diálogo. É fundamental que as demandas dos cidadãos sejam atendidas de maneira adequada, garantindo os direitos de liberdade de expressão e protesto pacífico.
- ✦ O Estado deve garantir o acesso efetivo aos direitos de informação, participação da cidadania e justiça em matéria ambiental, o que atualmente não ocorre. A não ratificação do Acordo de Escazú em outubro de 2020 indica uma tendência contrária.
- ✦ O Estado deve ter capacidade organizacional suficiente não só para estabelecer mecanismos de diálogo com as organizações da sociedade civil, mas também para analisar suas contribuições e incluir o que for relevante para as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CIVICUS (2020) Monitor Tracking Civic Space. World Map. Peru. <https://monitor.civicus.org/country/peru/>

CIVICUS (2018) CIVICUS Monitor Methodology Paper, May 2018. <https://www.civicus.org/documents/civicus-monitor-methodology-paper.pdf>

CIVICUS (2019) PERU: 'The ultra-conservative tide is affecting democratic life and fundamental rights'. Entrevista a Eliana Cano, fundadora de Católicas por el Derecho a Decidir – Perú. 11 de julio. <https://www.civicus.org/index.php/media-resources/news/interviews/3952-peru-the-ultra-conservative-tide-is-affecting-democratic-life-and-fundamental-rights>

CIVICUS (2017a) El espacio cívico en las Américas. Informe. https://www.civicus.org/documents/CIVICUSMonitor_CivicSpaceAmericas_Espanol.pdf

CIVICUS (2017b) Advocating for women's sexual and reproductive rights in Peru, a risky fight against powerful enemies. Entrevista a María Ysabel Cedano, directora de DEMUS. 4 de mayo. <https://www.civicus.org/index.php/media-resources/news/interviews/2833-advocating-for-women-s-sexual-and-reproductive-rights-in-peru-a-risky-fight-against-powerful-enemies>

Coordinadora Nacional de Derechos Humanos (CNDDHH) (2020) Verdad y justicia para la Generación del Bicentenario y para todo el país. 18 de noviembre. <https://derechoshumanos.pe/2020/11/verdad-y-justicia-para-la-generacion-del-bicentenario-y-para-todo-el-pais/>

Defensoría del Pueblo (2020) "Participación Ciudadana Ambiental en Tiempos de COVID-19. Recomendaciones para garantizar la protección de derechos en la evaluación del impacto ambiental de proyectos de inversión" Informe de Adjuntía N.º 03-2020-DP/AMASPP/MA. <https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2020/09/INFORME-DE-ADJUNTIA-N%C2%B0-03-2020-DP-AMASPP/MA-1.pdf>

Defensoría del Pueblo (2018) "A dos años del Informe Defensorial N.º 175. Estado actual de los derechos de las personas LGBTI" Informe de Adjuntía N.º 007-2018-DP/ADHPD. <https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2018/12/Informe-Defensorial-N%C2%B0-007-2018-DPADHPD-%E2%80%9CA-2-a%C3%B1os-del-Informe-Defensorial-N%C2%B0-175.-Estado-actual-de-los-derechos-de-las-personas-LGBTI%E2%80%9D.pdf>

La República (2020) Martha Chávez llama terroristas a manifestantes en contra del Gobierno de facto de Merino. 15 de noviembre. <https://larepublica.pe/politica/2020/11/15/martha-chavez-llama-terroristas-a-manifestantes-en-contra-del-gobierno-de-facto-de-merino/>

Ojo Público (2020) Protección tardía: tres líderes ambientales solicitaron garantías antes de ser asesinados. 24 de septiembre. <https://ojo-publico.com/2133/tres-lideres-ambientales-pidieron-proteccion-antes-de-ser-asesinados>

Ruiz, J. (2004) Estado sin ciudadanos: la ciudadanía política en las Constituciones Políticas del Perú. *Pensamiento Constitucional*, 10 (10), 263-318.

Valdivia, N.; Benavides, M. y Torero, M. (2007) Exclusión, identidad étnica y políticas de inclusión social en el Perú: el caso de la población indígena y la población afrodescendiente. En: *Investigación, políticas y desarrollo en el Perú*. Lima: GRADE. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/grade/20100513031739/InvPolitDesarr-14.pdf>

NOTAS

1) A classificação de CIVICUS inclui cinco categorias: fechado, repressivo, obstruído, estreito e aberto (CIVICUS, 2018).

2) Em relação aos números da população venezuelana, ver dados da plataforma R4V: <https://r4v.info/es/situations/platform>

3) Ver Ruiz (2004) e Valdivia et al. (2007).

4) Este observatório regional contém informação detalhada sobre os conflitos sociais vinculados com a mineração na América Latina: https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/. Nele pode-se observar que o Peru é o terceiro país com maior incidência desses conflitos, depois do México e Chile.

5) Ver, por exemplo, as declarações da congressista de Fuerza Popular, Martha Chávez, sobre os manifestantes das marchas de novembro de 2020 (La República, 2020).